

ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS VULNERÁVEIS

Práticas culturais tendem a perder-se

Notícias; cidade de Maputo; 13.07.2019; pag 03; ed 30.7.23

A PRÁTICA tradicional, em que os órfãos e outras crianças vulneráveis são acolhidas e educadas por indivíduos da família alargada, normalmente os avós, tias e tios, tende a perder-se, sobretudo nos centros urbanos, como Maputo e Matola.

As constatações são de uma pesquisa realizada por Inácio Natingue, no seu trabalho de conclusão do mestrado na Universidade Eduardo Mondlane. A pesquisa em Terapia Familiar e Comunitária avaliou os centros de acolhimento da Casa Madre Maria Clara, o Centro Ingrid Chawner e o Infantário 1º de Maio, nas cidades de Maputo e Matola.

“Isto pode ser indicador da disfuncionalidade do sistema familiar na sua forma alargada. Constatámos também que a maioria das crianças teve uma institucionalização prolongada, entre três e 12 anos,

contrariando o que a Direcção Nacional da Acção Social preconiza, ao determinar um tempo máximo de dois anos de acolhimento institucional”, disse.

No processo de reintegração familiar, segundo a fonte, notou-se que existe um défice de comunicação entre a instituição de acolhimento e o Governo, incluindo entre os centros de abrigo e as famílias.

“Cerca da metade das crianças reintegradas ou em processo de reintegração não sabia que critério foi usado para avaliar a possibilidade de retornar às famílias. Do ponto de vista terapêutico é necessário preparar a criança para as mudanças, pois pressupõe o abandono de padrões adquiridos durante o tempo em que esteve fora da convivência familiar”, acrescentou.

O nosso interlocutor defen-

de que o termo “criança órfã e vulnerável (COV)” deve ser reformulado, na medida em que direcciona a atenção apenas aos menores que perderam os seus pais, negligenciando outras formas de vulnerabilidade.

“Mesmo as estatísticas realizadas pelas escolas focam as atenções nos alunos órfãos e se esquecem dos meninos que têm parentes incapacitados de alguma forma.

O termo mais adequado seria órfãos e outras crianças vulneráveis, por ser mais abrangente”, concluiu.

Natingue aponta que a fome, maus-tratos, pobreza, trabalhos domésticos excessivos, orfandade, agressões físicas, abandono do pai e doenças crónicas dos parentes continuam a ser as principais motivações do refúgio das crianças em instituições de acolhimento e infantários.